

Editora filiada à Associação Brasileira das Editoras Universitárias (Abeu)
Av. Fernando Ferrari · 514 · Campus de Goiabeiras
CEP 29 075 910 · Vitória – Espírito Santo, Brasil
Tel.: +55 (27) 4009-7852 · E-mail: edufes@ufes.br
www.edufes.ufes.br

Reitor | Reinaldo Centoducatte
Vice-Reitora | Ethel Leonor Noia Maciel
Superintendente de Cultura e Comunicação | José Edgard Rebouças
Secretário de Cultura | Rogério Borges de Oliveira
Coordenador da Edufes | Washington Romão dos Santos

Conselho Editorial

Cleonara Maria Schwartz, Eneida Maria Souza Mendonça, Giancarlo Guizzardi, Gilvan Ventura da Silva, Giovanni de Oliveira Garcia, Glícia Vieira dos Santos, José Armínio Ferreira, Julio César Bentivoglio, Luis Fernando Tavares de Menezes, Maria Helena Costa Amorim, Rogério Borges de Oliveira, José Edgard Rebouças, Sandra Soares Della Fonte

Secretária do Conselho Editorial | Douglas Salomão

Comitê Científico de Educação

Marcia Angela Aguiar, Lucídio Bianchetti, Diana Gonçalves Vidal

Revisão de Texto | Alina Bonella

Projeto Gráfico e capa | Denise R. Pimenta

Diagramação | Ana Elisa Poubel

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

C578 Circuitos e fronteiras da história da educação / Elizabeth Figueiredo de Sá, Regina Helena Silva Simões, Wenceslau Gonçalves Neto.
- Vitória : EDUFES, 2015.
290 p. ; 21 cm - (Coleção Horizontes da pesquisa em história da educação no Brasil ; v. 12)

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-7772-282-2

Também publicado em formato digital.

1. Educação - História. I. Sá, Elizabeth Figueiredo de. II. Simões, Regina Helena Silva. III. Gonçalves Neto, Wenceslau.

CDU: 37(091)

*Elizabeth Figueiredo de Sá
Regina Helena Silva Simões
Wenceslau Gonçalves Neto
Organização*

CIRCUITOS E FRONTEIRAS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Volume 12

 **EDUFES**

Vitória, 2015

OS VIAJANTES E A INSTRUÇÃO NO BRASIL OITOCENTISTA¹

Antonio Carlos Ferreira Pinheiro

Considerações iniciais

Este estudo é resultante dos trabalhos de pesquisa que vêm sendo desenvolvidos no âmbito do Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste Oitocentista (Ghenó), especialmente relacionado com uma pesquisa que ainda se encontra em sua fase inicial intitulada: *Circulação de livros e de ideias francesas na cultura escolar do Nordeste do Brasil: Paratyba do Norte (1835-1889)*.²

O convite que recebemos dos organizadores do *VII Congresso Brasileiro de História da Educação*, para compor a mesa-redonda: "Circulação de sujeitos e ideias na educação", fez-nos abrir outra chave de análise a qual, pensamos, se articula com as discussões que estamos desenvolvendo na referida pesquisa.

Entretanto, para chegarmos ao objeto de discussão que aqui desenvolveremos, faz-se necessário nos reportar ao ano

¹ Trabalho apresentado na mesa-redonda intitulada: "Circulação de sujeitos e ideias na educação", durante a realização do *VII Congresso Brasileiro de História da Educação: circuitos e fronteiras da História da Educação no Brasil*, ocorrido no período de 20 a 23 de maio de 2013, na cidade de Cuiabá/MT.

² Uma primeira versão dos resultados iniciais desta pesquisa foi apresentado por mim e pela professora Dra. Cláudia Engler Cury, na forma de palestra, especialmente, no âmbito do Grupo de Pesquisa coordenado pela professora Dra. Maria Graciete Besse, em 13 de novembro de 2012, na Université Paris – Sorbonne – Paris IV.

de 2010, ano da realização do *II Encontro de História do Império Brasileiro: culturas e sociabilidades: políticas, diversidades, identidades e práticas educativas*,³ durante a apresentação da mesa-redonda intitulada: *O olhar estrangeiro: viagens e viajantes no Império Brasileiro*, quando nos foi oportunizado conhecer o viajante Antonio Muniz de Souza⁴ e o seu livro publicado, em 1834, pela Typografia Americana de I. P. da Costa, localizada no Rio de Janeiro.

Após a apresentação e aberta a sessão de discussão, ao palestrante foi-lhe perguntado se o viajante Antonio Muniz de Souza havia escrito algo sobre a instrução, ao que respondeu afirmativamente, mas ressaltou em seguida que não havia se detido nesse aspecto. Os historiadores da educação presentes na sessão ficaram então muitíssimo curiosos para conhecer o que e como havia escrito Antonio Muniz de Souza sobre a instrução no Brasil. A curiosidade, sobre o “nacional brasileiro”, conforme foi identificada pelo seu editor, aumentou ao tomarmos conhecimento de que o seu livro era resultante do relato das suas impressões de viagens que fizera pelas “Villas, Fazendas, e Sertões”.⁵ A viagem pelo Districto de Campos, e o esboço da revolução do Brasil⁶, especialmente nas Províncias da Bahia, Sergipe, e Alagoas” (ADVERTÊNCIA DOS

EDITORES, 1834, p. 6). Além dessas, também, organizou outra viagem aos sertões pernambucanos e, posteriormente, fez mais uma denominada “inovadora”, para um nacional-brasileiro, que foi a expedição ao longo da costa marítima, isto é, pelos mares da Bahia ao porto do Rio de Janeiro.

Assim, condicionando-nos ao tema geral desta mesa-redonda e, associado a pesquisa que estamos desenvolvendo, passamos a discutir, neste trabalho, um pouco sobre quem foi esse personagem, homem da ciência, mas não letrado de acordo com a concepção da época. Personagem ainda pouco conhecido, tanto entre os não historiadores da educação quanto entre eles. No âmbito do segundo grupo de estudiosos, encontramos apenas um único artigo escrito por Nascimento (2010), que se deteve sobre as anotações botânicas que o referido viajante fizera durante a sua passagem por Sergipe, em 1818, ou melhor, o artigo procurou discutir “[...] a participação de Sergipe no processo de organização de uma rede brasileira de práticas científicas ao longo do século XIX” (p.1)

Assim, diferentemente do que foi abordado pelo referido autor, este trabalho tem como objetivo analisar as descrições e impressões de viagens escritas por Antonio Muniz de Souza no seu livro: *Viagens e observações de hum brasileiro, que desejando ser útil á Patria, se dedicou a estudar os usos e costumes dos seus Patricios, e os três reinos da Natureza, em vários lugares e sertões do Brasil, oferecidas á Nação Brasileira*,⁷ no que concerne, especificamente, à discussão que teceu sobre as condições “das escolas de primeiras letras”, tangenciando ao mesmo tempo acerca da “leitura” que o nosso viajante realizou sobre a “triste posição das mulheres da população...”. Entretanto, antes de nos aproximarmos dele, consideramos

³ O encontro foi organizado pelo Programa de Pós-Graduação em História e contou com o apoio dos programas de Pós-Graduação em História da Região Nordeste, bem como dos grupos de pesquisa que têm como temporalidade o século XIX e, mais particularmente, o período imperial brasileiro.

⁴ Trabalho apresentado pelo professor Dr. João Azevedo Fernandes, intitulado: *O olhar interno: as viagens de Antonio Muniz de Souza e a civilização do interior do Brasil*. Posteriormente, o texto foi publicado no livro organizado por Cury e Rocha (2011).

⁵ Outras preocupações e afazeres acadêmicos nos fizeram esquecer, temporariamente, aquela curiosidade que havia nascido a partir da referida exposição.

⁶ Está se referindo aos movimentos de 1817, Independência do Brasil em 1822, e à Confederação do Equador em 1824-25, aspectos que retomaremos posteriormente neste texto.

⁷ Essa dedicatória nos indica a total disponibilidade desse vassalo em se engajar no real serviço com os seus conhecimentos destinados ao aproveitamento da natureza para o engrandecimento da pátria.

necessário iniciar a discussão nos questionando se há diferenças entre “circulação de sujeitos” e “circulação de ideias”. Em um primeiro momento, tendemos a considerar que sim, entretanto, cabe-nos observar que, na historiografia brasileira, verificamos que muito já foi escrito sobre a circulação de ideias educacionais, principalmente aquelas originadas do continente europeu, em especial de Portugal, da França, da Inglaterra e da Alemanha. Mais na contemporaneidade, para além das nações acima citadas, destacamos as produções oriundas dos Estados Unidos da América.

Quanto àquelas originadas do Velho Continente, podemos destacar as vinculadas ao pensamento católico,⁸ como *Ratio Studiorum*⁹ dos jesuítas, ou do luterano Wolfgang Ratke,¹⁰ a do morávio João Amós Comenius que escreveu *Didática magna*,¹¹ concluída em 1638, e ainda o escrito de Sarah Poulton Kalley, intitulado: *A alegria da casa*, que fora,

⁸ Sobre essa temática, consultar Villaça (2006).

⁹ *Ratio Studiorum* é uma espécie de coletânea, fundamentada em experiências acontecidas no Colégio Romano e adicionada a observações pedagógicas de diversos outros colégios, que busca instruir rapidamente todo jesuíta docente sobre a natureza, a extensão e as obrigações do seu cargo. A *Ratio* (pronuncia-se *rácio*, palavra feminina latina) surgiu com a necessidade de unificar o procedimento pedagógico dos jesuítas diante da explosão do número de colégios confiados à Companhia de Jesus como base de uma expansão missionária. Constituiu-se de 467 regras cobrindo todas as atividades dos agentes diretamente ligados ao ensino e recomendava que o professor nunca se afastasse, em matéria filosófica, de Aristóteles, e teológica de Santo Tomás de Aquino. Em 1584, o Padre Aquaviva, novo superior geral da Ordem Jesuíta, nomeou uma comissão encarregada de codificar as observações que foram reunidas em Roma. O anteprojeto motivado, redigido em 1586, depois de haver sido submetido às críticas dos executores e de haver sido remanejado por nova comissão, torna-se o texto de 1591 e toma forma definitiva na famosa *Ratio studiorum*, promulgada em 8 de janeiro de 1599. (Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ratio_Studiorum. Acesso em: 16 maio 2013).

¹⁰ Sobre a sua obra pedagógica, consultar Hoff (2008).

¹¹ Sobre essa obra, consultar, entre outros, estudos de Kulesza (1992) e Gasparin (1994).

inicialmente, publicado e difundido, na cidade do Rio de Janeiro, pelo trabalho de colportagem¹² e, finalmente, publicado em forma de livro, em 1880, após ter sido aprovado pelo Conselho de Instrução Pública para ser utilizado nas escolas (CARDOSO, 2005).

Distanciando-nos do pensamento deliberadamente pró-cristão, tivemos a grande difusão do pensamento burguês-liberal que influenciou todas as discussões que foram procedidas no Brasil, especialmente nos Oitocentos, em relação à constituição, organização e estabelecimentos de princípios filosóficos e pedagógicos acerca da instrução pública e que fora, de início e fartamente, difundido pelos enciclopedistas, ilustrados e/ou iluministas. De Portugal, por exemplo, as ideias de Luís Antonio Verney, de Sebastião José de Carvalho Melo (Marquês de Pombal) e de Antonio Ribeiro dos Santos; da França: Rousseau, Condorcet, Lepeletier, Guizot, Augusto Conte; da Alemanha Immanuel Kant, apenas para citar alguns dos mais conhecidos entre nós, historiadores da educação.

A partir das três primeiras décadas do século XX, oriunda dos Estados Unidos, recebemos, também, uma considerável produção, especialmente com os escritos John Dewey que tiveram grande influência na difusão dos ideais da Escola Nova no Brasil. Além dele, o Brasil recebeu, no campo da eugenia (que em latim significa bem-nascido), as influências de Charles Davenport e do psicólogo Henry Herbert Goddard.¹³ Entretanto, outros pensadores passaram a ser também conhecidos, logo após a Segunda Grande Guerra Mundial, tais como: Carl Rogers, Ralph Winfred Tyler, Berhus Frederic Skinner e Benjamin S. Bloom.

¹² Folhetos vendidos e/ou distribuídos por livreiros ambulantes.

¹³ Apesar de a teoria da eugenia ter sido primeiramente formulada na Inglaterra por Francis Galton (1822-1911) e por Karl Pearson (1857 - 1936), foi nos Estados Unidos e na Alemanha que o discurso eugênico se tornou particularmente vigoroso.

No âmbito da produção realizada pelos historiadores da educação que escreveram sobre os “modernos” em termos das ideias educacionais e que procederam a uma análise acerca das influências que aqueles exerceram sobre a organização educacional e escolar no Brasil, temos, entre outros estudos, os de Junqueira (1979), Lopes (1981), Boto (1996), Hilsdorf (1998, 2006), Lins (2003) e Saviani (2007). Há também estudos mais recentemente publicados no formato de coletâneas que aglutinam trabalhos que muito dizem sobre o pensamento (as ideias) pedagógico(as) e educacionais, como os organizados por Faria Filho (2005), Palmer (2006), Lopes e Faria Filho (2012) e Gil, Zica e Faria Filho (2012).

Até o momento, destacamos a publicação de livros como a principal forma de fazer circular as ideias ou pensamentos pedagógicos e educacionais no seu sentido mais amplo. Todavia, apesar de ainda não se constituírem em objetos de estudos muito explorados pelos historiadores da educação, há outras formas que foram utilizadas para que se efetivassem a circulação de ideais educacionais e pedagógicas. Estamos nos referindo particularmente às exposições nacionais e internacionais, aos museus nas suas mais diversas especificidades, tais como: os gabinetes de curiosidades, os etnográficos e os de história natural que também foram organizados no interior das escolas e, finalmente, as viagens pedagógicas. Sobre as atividades festivas, ou melhor, sobre as exposições, aqui destacamos o importante trabalho produzido por Kuhlmann Jr. (2001). Sobre aquelas relacionadas com a classificação e ordenação de conhecimentos, inclusive constituindo os museus, como uma forma de “escrita do passado”, ressaltamos o trabalho realizado por Santos (2006) e um conjunto de estudos organizados por Figueiredo e Vidal (2005). Em relação às viagens pedagógicas, temos uma importante coletânea organizada por Mignot e Gondra (2007). As pesquisas referentes às viagens pedagógicas são em grande medida, também, estudos que versam sobre uma das formas que fa-

voreciam a circulação de sujeitos e, portanto, a difusão e a apropriação de saberes e conhecimentos científicos.

Todavia, há também muitos estudos realizados, prioritariamente, pelos não historiadores da educação que descrevem e analisam as passagens de naturalistas e estudiosos (viajantes) das mais variadas nacionalidades que chegaram às terras brasileiras. Tais viajantes tiveram, e não raras vezes descreveram, as suas experiências socioculturais e econômicas. Há, também, aqueles relatos mais diretamente relacionados com a natureza, utilizando os princípios elementares do conhecimento científico moderno que estavam em processo de consolidação. Nesse sentido, “[...] descrever, medir, contar, inferir constituíram-se ferramentas no esforço de trazer aquelas sociedades tradicionais com que se defrontavam os europeus para o seio da ‘civilização’” (FERNANDES, 2011, p. 141).

Para além dos conteúdos mais direcionados aos aspectos minerais, da flora e da fauna, temos também que destacar os três estudos elaborados por Leite (2000), por Gonçalves (2003) e por França (2007), sobre as mulheres viajantes. Todavia, segundo Leite (2000, p. 133), “[...] os livros destas mulheres viajantes foram escritos sob as formas de correspondência à família ou amigos, de diários ou ainda como narrativas breves [...]. A maioria delas não tinha a intenção de ser publicada. A publicação foi feita por descendentes, após a morte da autora”.

Entre os historiadores da educação, aqui destacamos o estudo realizado por Oliveira e Cury (2011), que discutem sobre o lazer, a leitura e o letramento a partir de seis imagens produzidas por Debret. Tal viajante é um dos mais conhecidos em virtude da grandiosidade de sua obra, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos. Sua obra nos revela, a partir de aquarelas, desenhos, esboços e anotações, inúmeros aspectos da vida cotidiana do Brasil oitocentista. Para as referidas autoras,

Debret chegou ao Brasil ainda a tempo das exéquias de D. Maria I, também presenciou o processo de construção do novo país independente e, mais do que simples observador, teve a incumbência explícita de transformar todo o ritual da Corte num discurso visual oficial, registrando para o futuro, *comme Il faut*, os eventos principais que marcaram o cotidiano dos salões cariocas.

O peculiar da produção artística de Debret no Brasil, contudo, é que ela se restringiu a este recorte oficial. Nos quinze anos em que viveu na Corte carioca este artista pôde perambular à vontade pelas ruas e vielas quase sempre lamacentas da cidade, em meio ao casario e aos tipos humanos que, de certa forma, devem tê-lo fascinado, já que os registrou em minúcia, com profundidade e espontaneidade surpreendentes. (OLIVEIRA; CURY, 2011, p. 151-152).

Quase todos esses viajantes, ao retornarem aos seus lugares de origem, publicaram os seus relatos em forma de ensaios, crônicas ou livros, além de “belas” brochuras com desenhos, pinturas, gravuras, aquarelas etc. Com esses desenhos e pinturas, muitas vezes eram realizadas exposições na Europa. Um exemplo disso foram as montagens que Marianne North¹⁴ realizou na galeria, localizada em Kew Gardens, que leva o seu nome, em 1882 e 1885 (BANDEIRA, s.d.)

Nesse sentido, toda essa produção se tornou, inegavelmente, verdadeiro celeiro de “memórias”, que muito contam das nossas origens bem como dos períodos colonial e imperial.

É comum encontrarmos referências na historiografia indicando que boa parte dos viajantes se inspiraram nos trabalhos desenvolvidos por Alexandre von Humboldt que, se-

¹⁴ Inglesa, nascida em 1830, aos 43 anos viajou sozinha ao Brasil, onde produziu inúmeras pinturas a óleo com destaque para as paisagens, fauna e flora brasileiras.

gundo Leite (2000, p. 133), “[...] traçou o projeto de exploração e mapeamento do globo e dos continentes, no fim do século XVIII, enumerou a necessidade de estudos das plantas, dos animais e dos minerais, mas também dos homens, costumes e línguas encontradas”. Assim, aqui podemos destacar, entre tantos outros, alguns viajantes estrangeiros que estiveram no Brasil e que são muito conhecidos entre nós: Johann Maurice Rugendas, Auguste de Saint-Hilaire, Daniel Parish Kidder, Jean Baptiste Debret, Maria [Dundas Collcot] Granham, Charles Ribeyrolles, Jean de Léry, Carl Seidler, Johan Nieuhof, Padre Antonio Sepp, Georg Anton von Schäfer.¹⁵

Daniel Parish Kidder (1815-1891), por exemplo, norte-americano de Nova Iorque e pastor protestante, no seu livro: *Reminiscências de viagens e permanências no Brasil (Províncias do Norte): compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas províncias*, publicado em 1845, narrou sobre a sua permanência no Rio de Janeiro, até 1840, e sobre a viagem que fez, nos últimos anos da década de 1830, até as províncias do norte. Não pretendemos aqui analisar o conteúdo de sua obra, entretanto, tão somente duas passagens, uma de quando esteve na Província da Parahyba do Norte e a outra na do Mato Grosso, apenas para brevemente apresentarmos o quão há de informações acerca da instrução nesses relatos de viagens. Assim, ao aportar em Tambaiú,¹⁶ logo estabeleceu contato com

[...] um rapazola de quatorze ou dezesseis anos, com o qual iniciámos um diálogo mais ou menos assim:

¹⁵ Lúcia Gaspar, bibliotecária da Fundação Joaquim Nabuco, realizou um levantamento acerca das obras existentes de viajantes que se encontram na Biblioteca Central Blanche Knopf.

¹⁶ Hoje, Tambáú, uma das praias da cidade de João Pessoa, é por onde se iniciou o processo de urbanização do litoral paraibano.

- Há alguma escola por aqui?
- Sim, há uma.
- Onde?
- No Palácio.
- Quantos alunos tem?
- Não sei. Uns três bancos cheios.
- Você também a frequenta?
- Não. Terminei o curso o ano passado.
- Sabe escrever?
- Não. Nem ler nem escrever.
- Então, o que foi que você aprendeu na escola?
- Nada.

Não duvidamos da veracidade desta última afirmativa, conquanto nos penalizasse essa incompreensível indiferença pela instrução que o governo ministra aos seus súditos, ricos e pobres, através de uma política liberal, mas um tanto errada. Esse garoto nos disse depois, que ao deixar a escola, voltara a atenção para a pescaria. Era o mais moço de diversos irmãos, todos do mesmo grau de desenvolvimento. Ninguém da família sabia ler: contudo, a julgar pela casa que ocupavam na praia, parece que estavam em situação igual a de seus vizinhos. Finalmente demos-lhe um ou dois folhetos, na esperança de que despertassem sua curiosidade sobre os mistérios da linguagem escrita, ou, pelo menos, que algum de seus amigos deles se utilizasse (KIDDER, 1943, p. 114-115).

A leitura desse pequeno trecho nos diz sobre alguns aspectos acerca da situação da instrução na Província da Parahyba do Norte. A escola que funcionava no Palácio era, muito provavelmente, o Liceu Provincial,¹⁷ além das críticas tecidas sobre o precário empenho que os dirigentes do Império destinaram ao funcionamento da instrução, mesmo considerando que a “política liberal” fosse correta, mas não

¹⁷ Sobre essa importante instituição escolar paraibana, consultar Ferronato (2012).

ao ponto de chegar ao descaso. Quanto ao reconhecimento da correção de uma política liberal adotada pelo Império em relação à instrução, é provável que estivesse, por exemplo, relacionada com a discussão sobre a liberdade de criação de escolas particulares ou sobre a obrigatoriedade do ensino. Todavia, outras interpretações podem ser feitas a partir de um estudo mais acurado de sua obra.

Quanto aos dois folhetos que entregou ao jovem analfabeto, é possível que fosse material associado à fé protestante, uma vez que era pastor, “[...] cheio de fé, ansioso por levar aos ímpios a palavra cristã”. Kidder chegou ao Brasil em virtude de ter aceitado o convite da “Sociedade Bíblica Americana” de difundir entre nós a leitura da Bíblia.¹⁸ Esse amplo movimento procedido tanto por protestantes quanto por católicos tinha, também, como objetivo, difundir a fé cristã, ou seja, alfabetizar e civilizar pela fé, conforme analisaram Paiva (2000), Hansen (2000), Nascimento (2013) e também analisar sobre o papel que tiveram as religiões, os seus seguidores e as publicações que realizaram ou fizeram circular no Brasil.¹⁹

Continuando a sua aventura pela Região Norte do Brasil, Kidder resolveu, ao chegar no Pará, retornar ao Sul (hoje Sudeste) pelo interior e não mais pelo litoral. Essa decisão lhe permitiu que se deslocasse para a Província do Mato Grosso, quando passou a descrever a sua natureza (florestas densas – daí a origem do nome Mato Grosso – serras, cavernas, imensas grutas, majestosas quedas d’água), sua riqueza mineral, a atividade do garimpo, a fertilidade do solo, o rio Cuiabá até

¹⁸ As informações que se encontram entre aspas nesse parágrafo foram retiradas da orelha do referido livro. Possivelmente, o texto foi escrito pelos editores, uma vez que não está assinado e nem datado.

¹⁹ Entre os diversos tipos de publicações, podemos destacar, para além dos livros (especialmente a Bíblia), os folhetos evangélicos, as cartilhas de catequese e catecismo. Segundo Nascimento (2013, p. 23), “[...] o catecismo anuncia, mais do que crenças religiosas, práticas educativas que moldaram o comportamento de grupos sociais num dado contexto”.

chegar à capital – cidade de Cuiabá – mas que, segundo Kidder, não passava de uma vila. E continuou:

O primeiro prelo montado em Mato Grosso foi de propriedade do Governo e seu advento data de 1838. São em número de dezoito as escolas primárias oficiais. Pelas últimas informações conhecidas, apenas oito delas estavam providas e o número de alunos que as freqüentava era de quatrocentos e trinta e quatro. Na mesma ocasião cerca de duzentos alunos cursavam escolas particulares de Latim. Era grande a falta de livros, papel e quase todo o material necessário aos estudos primários (KIDDER, 1943).

As viagens realizadas pela maioria desses homens letrados eram patrocinadas pelos governantes de seus países de origem e tinham como principal objetivo descrever as riquezas minerais, da flora e da fauna, conforme já anunciamos. Essas informações eram levadas para o mundo civilizado e serviram ao poder estabelecido com o objetivo de mapear as riquezas naturais existentes no novo mundo. Entretanto, a maioria deles era, também, humanista e se preocupou em registrar não somente as riquezas naturais, mas também “os hábitos dos moradores” e, entre eles, os relacionados com a instrução. Fernandes (2011, p. 141), apoiado nos estudos de Mary Louise Pratt, analisa que

[...] a escrita dos viajantes, os relatos de viagem representavam vários papéis em um momento de redefinição nas relações entre os povos cêtricos e aquelas sociedades e culturas que eram objetos da expansão colonial. Além do esforço de descrição e de classificação, típicos de um momento em que as ciências naturais se constituíam como campo de estudo profissional, os relatos também cumpriam uma função essencial ao ‘produzir’ o resto do mundo para uma sociedade que atravessava uma profunda crise de identidade.

Sobre os escombros das revoluções, motins e contestações que marcaram os séculos XVII e XVIII, nos quais uma população pobre e espoliada buscava, em perspectivas sociais e religiosas radicais, uma resposta para a crise social, e a concentração de riqueza e poder que marcaram a emergência do capitalismo, os relatos de viagem cumprem a função essencial de apontar a diferença entre o ‘eu’ europeu e o ‘outro’ colonial, fazendo, dessa forma, com que a crítica ao outro, ao primitivo, ao estranho servisse como um cimento para as fraturadas sociedades européias.

Entretanto, para além de se constituírem em ferramentas para o exercício do poder, as informações construídas a partir dos relatos de viagens eram também recebidas pelos leitores comuns europeus e norte-americanos com entusiasmo, uma vez que eles eram, quase sempre, “curiosos” e, para tanto, mantinham uma íntima relação com a materialidade escrita, ou seja,

[...] um lugar em que a interpelação intelectual se instala em meio à produção de conhecimentos. [Desde] a época das Grandes Navegações e do início das atividades colonizadoras, essa curiosidade é marcante para os leitores europeus, em vista das grandes possibilidades que se apresentam de se obterem novos conhecimentos. Os relatos de viajantes e missionários propõem-se a satisfazer essa curiosidade, a dar prazer aos leitores e a contentá-los com conhecimento sobre o Novo Mundo (NUNES, 1994, p. 56).

Além dos viajantes estrangeiros, havia, também, os “nacionais – brasileiros”, que, segundo o referido autor, ainda inspirado em Pratt, apontam para outra dimensão que julgavam essencial nesse processo de criação do escritor viajante. Referem-se tanto Mary Louise Pratt quanto João Azevedo Fernandes ao fato de que os colonizados também escreveram seus próprios relatos, ao que chamam de “transculturação” da literatura de viagem.

A apropriação das técnicas narrativas constituintes do relato de viagem por parte das elites locais envolve todo um esforço de construção de identidades pós-coloniais, o que ajuda a expor muitas das contradições e conflitos que formam o centro do processo de constituição das novas nacionalidades. Ao escreverem seus próprios relatos, os membros das elites letradas procuram oferecer uma resposta à crítica contida nos relatos de lavra européia, seja para se oporem a esta crítica, seja para reafirmá-la em seus próprios termos (FERNANDES, 2011, p. 142).

Vale ressaltar que a constituição de nacionalidades e a construção de identidades são não somente, mas especialmente, forjadas no âmbito educacional, seja escolar, seja não escolar, ou melhor, matizadas pelas relações socioculturais, econômicas e políticas, condicionadas por momentos específicos, cabendo, portanto, a nós, historiadores, desvendar a sua historicidade. Assim, coube à instrução e à educação a tarefa primordial de civilizar a gente vivente no Brasil, para torná-la indivíduo súdito, “povo”, cidadão, conforme já foi amplamente discutido e analisado por um grande número de estudiosos da história da educação brasileira.

Ser naturalista, viajante nos séculos XVIII e XIX, era estar submetido ao sistema de patronagem, ou seja, era pertencer à esfera de um “real serviço”. A publicação de ensaios, crônicas e livros, que normalmente eram oferecidos a Vossa Majestade e/ou à Pátria, era quase sempre um seguro caminho para se obter benevolência e proteção, no intuito de galgar cargos na estrutura de poder e com isso obter financiamentos para a realização de suas viagens e estudos (RAMINELLI, 2006).²⁰

²⁰ Raminelli (2006) escreveu interessante artigo sobre o naturalista e “juiz de fora” Baltazar da Silva Lisboa, natural da Bahia e nascido em 6 de janeiro de 1761.

Sobre os leitores brasileiros, quem eram, o que liam? Parece-nos que essas indagações têm alimentado uma série de recentes estudos e pesquisas elaborados por não historiadores da educação,²¹ mas especialmente por eles. Inspirados nas ideias desenvolvidas por Roger Chartier e Michel de Certeau e, em menor grau, por Robert Darnton, surgiu uma enorme gama de objetos de pesquisa e tipos de fontes, com características escolares e não escolares. Enumeramos alguns: estudos sobre leitores, alfabetizadores, memória de leitura, bibliotecas, gabinetes de leituras, bibliófilos, tradutores, arquivos, censura, política editorial, almanaques, romances, diários femininos, compêndios e livros didáticos. O crescimento dessas temáticas de pesquisa no campo da história da educação se deu logo após a realização do *I Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*, ocorrido em 1996, na cidade de Lisboa, “[...] cujo tema central privilegiou as trajetórias seculares da leitura e da escrita em tempos e espaços do falar português” (NUNES, 1998, p. 13).

Estudou na Universidade de Coimbra e foi o naturalista das minas de Buarcos. No Rio de Janeiro, recebeu a incumbência de explorar a História Natural em viagem à Serra dos Órgãos. Em 1786, publicou o livro *Filosofia natural*. Foi ouvidor da Comarca de Ilhéus e, em 1799, passou a exercer a função de juiz conservador das matas. Entre 1801 e 1803, enviou ao Príncipe Regente um ensaio sobre a física vegetal dos bosques de Ilhéus, contendo comentários e desenhos aquarelados de 51 espécies.

O referido autor também fez estudo sobre outro naturalista nacional-brasileiro: Antonio Rodrigues Ferreira, que nasceu na Bahia em 1756 e morreu em Lisboa, em 1815. Em sua “[...] viagem filosófica [...] percorreu as capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá entre 1783 e 1792” (RAMINELLI, 2001, p. 970). Tornou-se administrador do Gabinete Real de História Natural e do Jardim Botânico de Lisboa.

²¹ Entre os não historiadores da educação, merece destaque o estudo realizado por Luis Villalta que vem se dedicando à história da leitura e dos leitores no período colonial brasileiro. Para tanto, consultar interessante texto que se encontra no primeiro volume da coleção *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*, de 1997.

Todavia, especificamente sobre os leitores dos escritos dos viajantes e naturalistas no Brasil colonial e oitocentista, podemos inferir que há um reduzido número de estudos, mas aqui podemos destacar o trabalho realizado por Nunes (1994, p. 74) que nos alerta:

Viajantes e missionários, assim como índios, e europeus que vêm colonizar o país, enunciam em condição discursiva que se distinguem das do leito na Europa. Essa distinção nota-se, de início, nos traços enunciados que marcam essa posição. Na transição entre o leitor europeu e o brasileiro, a perspectiva enunciativa muda: a distância entre os interlocutores, os traços, espaciais, os traços referenciais, as antecipações imaginárias são fatores que se reconfiguram no processo discursivo que se instaura. Desta forma, para os mesmos textos temos condições imaginárias distintas. A materialidade histórica dá lugar à leitura e a leitores específicos, com posição distinta de sujeito-leitor.

Tecidas essas observações mais gerais sobre os viajantes e o significado sociocultural, histórico e histórico-educacional, passaremos agora a apresentar o nosso viajante Antonio Muniz de Souza.

Herborista, “O Philosopho da Natureza Brasileira”

Não pretendemos desenvolver um estudo biográfico detalhado sobre o viajante aqui em pauta, mas tão somente algumas informações para conhecermos um pouco do lugar social ao qual ele esteve inserido, tanto o seu trabalho em si (a realização de suas viagens) quanto os resultados dele, ou seja, a escrita de um relatório que foi publicado na forma de livro.²²

²² Todas as informações aqui contidas sobre a biografia de Antonio Muniz de Souza foram retiradas do seu próprio livro, no item intitulado: *Esboço da vida do Auctor desta obra appellido por seus amigos: o homem da natureza brasileira* (p. 8-23).

Antonio Muniz de Souza nasceu em 1782, no termo da Villa do Lagarto, na Província da Bahia, hoje pertencente ao Estado de Sergipe. Filho, provavelmente, de pais analfabetos (primitiva ignorância) e criadores de gado, logo cedo demonstrou aptidão para as letras, entretanto não recebeu o apoio necessário para que seguisse uma carreira de homem letrado. Como alternativa, passou a se dedicar ao comércio. Visando a combater os bandos armados que saqueavam propriedades e matavam pessoas, resolveu aceitar o cargo de capitão de forasteiros, aglutinando em torno de si vários jovens que junto com ele passaram a combater o banditismo. Foi quando passou a ser conhecido como “Protector dos moradores e chefe da mocidade” (1834, p. 11-12). Em seguida resolveu “[...] deffender o Reino então invadido pelos Francezes em 1807” (p. 12). Entretanto, a caminho para Portugal, a embarcação que o transportava naufragou nas costa de Itamaracá. Tendo se deslocado para o Rio de Janeiro, ficou muito doente e surdo, incapaz para o serviço militar. No Rio recebeu socorro de religiosos e, algum tempo depois, tornou-se Donato²³ do Convento de Santo Antonio.

Em viagem que fez a Província de São Paulo, contraiu reumatismo. Segundo ele próprio “quasi [o] deixou aleijado”. De volta ao Rio de Janeiro, durante o processo de recuperação, começou a frequentar Botica, quando passou a “[...] tirar alguns extractos, e fazer alguns cozimentos” (p.13). Ao mesmo tempo, iniciou leitura de livros de botânica, contudo era quase sempre repreendido pelos religiosos por fazer tais leituras, sendo induzido a ler “livros de místicos” (p. 13). Três anos depois, isto é, em 1812, solicitou o seu desligamento por se sentir “[...] membro inútil ao corpo social” e à Pátria (p. 14). Voltou à Bahia, adentrando-se “[...] pelas matas do reconcavo, assim para fazer observações sobre os

²³ Leigo que trabalhava em comunidade religiosa usando hábito de frade (HOUAISS, 2007).

productos da natureza” (p. 15). Ao voltar para a cidade, o nosso viajante relatou que:

[...] tinha a gloria de appresentar o meu trabalho Botanico aos Medicos, e Pharmaceuticos, à quem com gosto eu offertava algumas das minhas produções, pelo que fui ganhando alguns conhecimentos, e amizades, e influindo-me cada vez mais nesta tarefa, e querendo fazer maiores indagações requeri ao Exm. Governador Conde d'Arcos Passaporte para poder viajar os sertões, em os quaes pretendia fazer descoberta nos trez Reinos Animal, Vegetal, e Mineral (SOUZA, 1834, p. 15).

Então, a partir de maio de 1817 começou outra viagem, adentrando-se aos sertões da Bahia. Em virtude da qualidade do trabalho que fora realizado, recebeu muitos elogios dos seus patrocinadores e a oferta do Conde d'Arcos para ir estudar História Natural na Europa, o que deixou de aceitar por considerar-se velho (tinha 30 anos) e doente, além de não se adaptar a lugares frios. Recebeu em seguida uma generosa “subscrição” para fazer outras viagens, desta feita para os sertões de Sergipe (1818). Em novembro de 1820, iniciou outra expedição para o Norte, “[...] com tenção de percorrer todas as Provincias até o Pará, de onde pretendia voltar pelo centro até o Rio de Janeiro; porem mal pude chegar em julho de 1822 à Provincia das Alagoas, e entrar nos sertões da de Pernambuco” (p.19). A dificuldade que teve em adentrar ao sertão pernambucano se deveu a “[...] revolução do Brazil na Epoca da Independência, e pela insubordinação, em que se achavão os povos, pelos quaes eu era á cada passo atacado, violentado, e roubado; de sorte que me deixarão limpo [...]” (p.19).

Impedido de dar continuidade, em virtude das convulsões sociais naquele momento, o nosso viajante voltou para Sergipe e integrou-se ao Batalhão do Imperador, acompanhando a marcha do Batalhão para o Exército Pacificador. Todavia, por

conta da fragilidade de sua saúde, retirou-se para o engenho do Conde da Ponte na Mata de São João e de lá foi para a Bahia, ficando 13 meses tratando da sua saúde. Nesse ínterim, planejou outra viagem, desta feita rumando para o sul, ou seja, da Bahia para o Rio de Janeiro. Para tal empreendimento recebeu novos apoios e auxílios de alguns amigos²⁴ e resolveu fazer o tal percurso de navio, bordejando o litoral e realizando novos registros sobre a natureza costeira. Ao chegar ao porto do Rio de Janeiro, foi recebido pela “[...] patriótica e estudiosa mocidade da Côrte, esperança do Brazil, ficou encantada da singeleza, e bom senso do viajante Sergipano, e pós-lhe o apelido de *Philosopho da Natureza Brasileira*” (p. 23). Suas novas descobertas foram apreciadas pela Câmara, renderam-lhe mais uma “subscrição” para a impressão de seus escritos e observações. Entretanto, a concretização em forma de livro somente veio a ocorrer seis anos depois.

Os relatos elaborados por Antonio Muniz de Souza escaparam ao que era convencional a um viajante do seu tempo escrever, uma vez que, para além das descrições da fauna e da flora, ele foi um arguto observador e crítico social. Marcado, muito possivelmente, pela sua origem social e pelo momento histórico ao qual esteve inserido, ou seja, a transição de um Brasil colônia para um Brasil nova nação, os seus escritos nos revelam um Brasil original, uma vez que olhado e lido por um brasileiro.

A educação e a instrução pelo olhar de Antonio Muniz de Souza

Antes de adentrarmos nas observações e leituras que o nosso viajante fez no que tange, especificamente, à situação das mulheres e sobre a instrução, cabe-nos mencionar que a publicação de sua obra foi estruturada em dois tomos: um

²⁴ No texto, ele destaca os nomes dos doutores José Lino Coutinho, Joaquim Antonio Moitinho e Antonio Joaquim Moreira Pinho, além de outros cidadãos.

primeiro livro no qual descreve os “[...] usos e costumes do Brasil genericamente observados e [um segundo onde deveria constar um] catalogo de varias hervas, raizes, linhos, rezinas, e outras efficazes drogas, bem como da continuação das viagens” (1834, p. 6). Entretanto, o segundo nunca foi publicado, como nos informa José Mindlin em uma das primeiras páginas do raro exemplar que se encontrava em sua biblioteca particular.²⁵

É interessante, ainda, destacarmos a importância e o valor social que ele dava ao homem bem escolarizado. Escutemo-lo:

Não sou, por auxílios da arte, Filospho naturalista, não sou Botânico, nem tendo, como levodito, luz alguma de sciencia estudadas, sei apenas retractar mal composto caracteres do nosso Alfabeto, herança lastimosa com que o culto do lugar, que me vio nascer, apouca e infelicita os seus desditosos filhos! Verdade esta tão conhecida e inegável como a que estando eu em idade de receber os primeiros rudimentos das sciencias, não tive ao menos hum mestre de primeiras letras de quem recebesse hum golpe de luz divina. Esta infelicidade me tem desviado de marchar com passos vantajosos em beneficio do meu semelhante, e da Patria. Alem de que me falhou a primeira educação, que he a baze fundamental da sabedoria, tem-me falhado o auxilio do Estado (p. 20-21).

Assim, como podemos constatar, a partir de seu próprio depoimento, o nosso viajante não recebeu uma boa formação escolar de primeiras letras e muito menos frequentou os bancos acadêmicos, como era comum aos viajantes tanto do

²⁵ Hoje, praticamente, todos os seus livros e outros tipos de escritos (cerca de 32.000 títulos em 60 mil volumes formados por obras de literatura, história, mapas, documentos, entre outros) encontram-se digitalizados fazendo parte do acervo Brasileira USP. São as seguintes informações escritas de próprio punho por José Mindlin: “Autor: Antonio Muniz de Souza Sac. Blanc Vol.1 p. 267 Rarissimo. Não se publicou o segundo vol.”

século XVIII, quanto do XIX, que eram normalmente homens letrados originários das elites europeias. As prováveis dificuldades de escrita de Antonio Muniz de Souza levaram os editores do seu livro a tecer as seguintes observações:

[...] os hábeis Escriptores, que se incumbirão de rever o manuscripto original, tem tido o maior escrúpulo e melindre em se limitarem ao bom arranjo grammatical, e regular orthographia, respeitando, como era mister, a singela phrase e genuínas expressões do Author, filhas de um modo de sentir guiado por natural rectidão, innato amor da natureza, e comprehensão vivissima (p. 7).

Entretanto, a sua “natural” curiosidade sobre o mundo que o cercava o fez conquistar uma destreza descritiva e analítica em seus escritos o que o tornou um homem, mesmo que não letrado, da ciência.

Sem termos medo de cair numa perspectiva laudatória, é possível afirmar que Antonio Muniz de Souza foi um homem com ideias muito avançadas, considerando tanto a sua origem social quanto os condicionantes socioculturais de sua época. Assim, o nosso viajante teceu duras críticas à sociedade portuguesa-brasileira oitocentista. Essa perspectiva crítica é possível observamos passando um rápido olhar sobre os itens que compõem a organização de sua obra. Vejamos: Discorre sobre os efeitos negativos da ociosidade; sobre a maneira estúpida e cruel como era tratada a escravidão, donde procede a principal causa do atraso da lavoura; sobre o péssimo método de criação de gados e de uso do solo; sobre a violência generalizada na sociedade (traficantes, ladrões, atravessadores); sobre a má organização das milícias e das arbitrariedades dos comandantes e instrutores, bem como as produzidas pelos juizes, ouvidores e suas escandalosas venalidades; sobre as escolas de primeiras letras, seu mau estabelecimento e uso de castigos rigorosos; sobre a triste posição das mulheres da população; sobre o luxo

desmedido; sobre consumo da bebida feita da jurema e o abuso do uso da cachaça; sobre a não disseminação do uso de vacinas; sobre a destruição das matas e florestas, entre outras questões.

Vale, entretanto, ressaltar que, por ser um homem do seu tempo, também fez críticas ao que hoje está mais próximo do discurso “politicamente incorreto” ou vice-versa, como: o bárbaro e grosseiro costume do entrudo e das cavalhadas; os vícios dos ciganos; a indolência, falta de educação e de civilização dos índios, mesmo considerando que lhes tenhamos “[...] usurpado as suas matas, único meio e auxílios que elles tinham para a sua subsistencia” (p. 139).

Antonio Muniz de Souza tinha clareza da importância do trabalho que realizava uma vez se perguntava: “[...] como he que se póde aperfeiçoar, ou ao menos melhorar um paiz sem ser visto, e conhecido? E como se póde conhecer sem ser viajando por homens scientificos, que possam conhecer as causas dos atrazos, e males quye elle sofre, e procura removel-os?” (p. 183).

Nesse sentido, movido por essas certezas do nosso viajante, passamos a analisar o que ele escreveu sobre a educação e a condição social das mulheres nos Oitocentos. Partiu o nosso escritor da premissa de que “[...] as mulheres no Brasil não fazem parte da sociedade” (p. 64), com exceção de um pequeno número das que viviam nas maiores cidades da Bahia, de Pernambuco e o do Rio de Janeiro. Assim,

[...] todas as outras menos illustradas, são tratadas como escravas. Ellas não vão a meza de seus Paes, e menos á de seus maridos, e só se servem dos restos daqueles; não aprendem a ler, e principalmente entre o povo do centro para quem he crime em huma mulher saber ler, nem escrever; e o motivo he, dizem elles ‘porque huma mulher sabendo ler, está habilitada para receber cartas de namoro, e à ter correspondencia de amores’.

Analizou essa situação como ação resultante de homens que não tiveram acesso à educação, ou seja, pela “realidade”

que é gerada pelo o estado de selvageria. Nesse aspecto, ele compara aqueles homens com os “[...] gentios do sul da Bahia, só com a diferença destes, andarem nús” (p. 64).

Outro aspecto fartamente ressaltado por ele é que as mulheres se entregavam excessivamente

[...] ao trabalho; em quanto os homens madraços e froxos, embalando-se nas redes por ellas manufacturadas, levão dias inteiros entregues nos braços de Morpheu. São ellas, que sustentão, e mantêm os maridos, principalmente nas Provincias da Bahia, Sergipe, e Alagoas, e segundo noticias tenho o mesmo acontece para as províncias do Norte.

A leitura crítica que Antonio Muniz de Souza fazia da sociedade na qual estava inserido era de quem havia recebido uma formação iluminista e da ilustração. Ela deve ter advindo, muito possivelmente, do contato, ou melhor, da circulação de sujeitos e de ideias que entraram no Brasil desde os tempos coloniais e que se expandiu a partir do desenvolvimento da imprensa e da criação de instituições educacionais e escolares. A criação dessas instituições induziu e propiciou o surgimento de bibliotecas e de acesso a livros tanto produzidos na Europa quanto no próprio Brasil. Todas essas instituições se tornaram força motriz para que ocorresse a circulação de pensamento civilizatório. É bem verdade que o processo de escolarização no período imperial foi precário e limitado a atender a frações muito pequenas da sociedade brasileira, estando a escola pública mais propensa às demandas advindas dos grupos sociais subalternos, e as escolas e colégios particulares, assim como a educação doméstica difusa em suas mais várias formas, para absorver as camadas mais abastadas. Os sujeitos educativos do setor particular de ensino eram denominados: professores particulares, preceptores, professores de aulas domésticas, mestres-escolas, conforme analisa Vasconcelos (2005).

Assim, assentado nos princípios gerais acima mencionados, o nosso viajante observou a situação escolar, especialmente, aquela situada no interior (centro) das províncias da Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco.

É desgraçada a couza, ver as aulas das povoações, e villas pequenas preenchidas pela maior parte por homens foragidos, e até facinorosos, que apenas conhecem os caracteres do nosso alphabeto, homens nescios, fanaticos, carcomidos de mil prejuizos, e finalmente homens mais capazes de viciar e corromper, que de esclarecer, e delucidar as ideas da mocidade! (p. 73).

A indicação de que havia professores precariamente alfabetizados já encontramos em várias pesquisas realizadas, entretanto a informação de que eles também podiam ser “foragidos”, “facinorosos”, “nescios” e “fanáticos” é algo que precisa ser averiguado melhor por novos estudos no campo da história da educação. Na verdade, são informações no mínimo desconcertantes. Entretanto, discutir sobre o perfil dos professores, ou seja, quem eles eram, como se tornaram professores é uma tarefa árdua, principalmente em se tratando do professorado de primeiras letras nos séculos XVIII e XIX. Nesse sentido, as informações as quais nos chegam são quase sempre genéricas e, normalmente, quando ocorre a indicação de que havia mal professores, a justificativa que vem em seguida é a de que “eram sempre muito mal remunerados”. Essa explicação aparece em praticamente todos os relatórios, nas mensagens, na imprensa e em outras fontes das mais diversas. Ela também aparece no próprio relato de Antonio Muniz de Souza: “Qual será o homem educado que se sujeite por cento e vinte, ou cento e cinquenta mil rs. de ordenado, que não seja para a sua subsistência e muito menos para a da família que deve ter todo o homem a tão honroso encargo?” (p. 74).

Temos também que considerar que alguns estudos biográficos sobre professores ou professoras têm sempre um ca-

ráter laudatório, ou seja, são professores/as quase perfeitos/as, dedicados/as à profissão e muitas vezes influentes politicamente. Há também uma tendência de identificá-los como aqueles que transformaram suas vidas profissionais em verdadeiros sacerdócios.

A crítica contundente que fez ao trabalho do professor se estendia, inclusive, para as aulas públicas que “[...] também nunca são exercidas por pessoas dignas de ocupar um tão melindroso emprego.” (p.73). Além dos baixos proventos, o nosso viajante fez referência aos custos necessários para manter o funcionamento de uma sala de aula, especialmente, no que concernia aos alugueis das casas.²⁶ Esse aspecto levava os professores a trabalhar mais nas aulas particulares do que nas aulas públicas, conforme chegou a observar na

[...] villa de S. Salvador, com Francisco Marcos Molêdo, mestre de primeiras letras, em cuja caza morei; o qual só de alugueres de casas pagava annualmente cento e vinte mil rs.; e como substituiria a cadeira no caso de ser Publico este professor, despendendo só em alugueres de casas todo o ordenado? De certo que morreria á fome (p. 74).

Na mesma toada, usando sempre qualificativos e cores acentuadamente fortes, o nosso viajante, já na década de 20 do século XIX, criticava o uso da violência excessiva no processo educativo, ou seja, não de tudo contra o uso de castigos físicos, mas, nos casos de insubordinação, poderiam ser aplicados, “[...] porem sempre com prudencia e doçura”. Para Antonio Muniz de Souza, havia um

[...] péssimo estilo que elles adoptão de educar a mocidade á força de pancadas, e rigorozos castigos, faz com que esta atterrada não só conceba grande

²⁶ Sobre essa questão, conferir trabalho de Pinheiro (2002).

ódio às letras, mas também se precipite, fuja e até prefira antes morrer do que aprender com semelhantes Pedagogos, cruéis e estúpidos (p. 73).

A denúncia a qual o nosso viajante fez foi tão veemente que ele concluiu a sua descrição sobre a situação da instrução pelos lugares que viajara, destacando que, para alguns mestres, “[...] as letras devem entrar com o sangue” (p.74). E relata um caso extremo ocorrido no Rio de Janeiro: “Vi hum menino sem hum mão, pedindo esmolas na Portaria do Convento de santo Antonio, e sobe que aquelle aleijão procedera de hum semelhante abuso” (p. 74).

Considerações finais

A escolha dos relatos dos viajantes teve como objetivo atender às expectativas dos organizadores deste congresso a partir do que nos foi demandado, com base no título da mesa-redonda: “Circulação de sujeitos e idéias na educação”. Eles foram aqueles, entre tanto outros tipos de sujeitos, que fizeram circular as suas ideais bem como as ideais do seu tempo em duplo movimento. Um primeiro no sentido externo/interno, ou seja, da Europa, e, em menor grau, dos Estados Unidos para o Brasil. Esse movimento esteve constituído de uma determinada perspectiva de mundo, o qual podemos sintetizar em uma única palavra: civilizar. O lastro filosófico e também o ideológico estavam no processo de difusão dos ideais renascentistas (séculos XVI), iluministas e da ilustração (séculos XVII, XVIII e XIX). Consideramos os ideais da ilustração mais amplos do que os dos iluministas, uma vez que incorporamos os pensamentos religiosos católicos e protestantes (dos padres, dos tomistas, dos agostinianos, dos calvinistas, dos luteranos, dos puritanos, por exemplo, que desejavam cristianizar e evangelizar os pagãos). A ideia era a de

[...] imprimir a sua marca à nova sociedade a ser construída, cabendo às populações nativas [normalmente], vítimas do desprezo dos colonizadores, à aculturação e assimilação, na melhor das hipóteses, ou pura e simplesmente o seu extermínio, ou seja, os europeus, com seus muitos séculos de história, percebiām suas culturas e sociedades como matrizes prontas e acabadas a serem reproduzidas nas novas terras (COELHO, 2010, p. 36 - 37).

Essas viagens não raras vezes ganharam um sentido épico e grandioso. Todavia, os viajantes não ficaram imunes aos contatos que mantiveram com os “nativos”, uma vez que, ao vivenciarem, lerem e interpretar as realidades socioculturais e naturais, até então não conhecidas ou parcialmente conhecidas pelos europeus e por alguns americanos do norte, passaram a ter que abrir os seus horizontes, mesmo considerando tudo, ou quase tudo, “exótico”, diferente, selvagem, ignorante, analfabeto e, portanto, não civilizado. Nesse sentido, todas e todas as coisas existentes no Novo Mundo estiveram submetidos a duras críticas.

Mas, ao mesmo tempo, iniciou-se o segundo movimento de circulação de ideias, agora no sentido contrário, ou seja, do Brasil (e do Novo Mundo como um todo) para a Europa e para os Estados Unidos. Os relatos de viagens transformados em, crônicas, livros, ensaios e/ou em exposições, divulgavam as nossas formas de viver e de sentir, tornando-nos um grande arsenal de possibilidades culturais.

Algun tempo depois, a própria elite local, que foi se constituindo desde o pacto colonial até ao processo de independência política do Brasil, passou a circular no território brasileiro, como foi caso do nosso viajante que aqui esteve em discussão, colhendo e divulgando informações e tecendo críticas a um Brasil que estava por se fazer nação, por se fazer uma cultura civilizada e culta. Porém o grande projeto esteve destinado a apenas para uma pequena parcela da sociedade,

ficando de fora, nos primórdios da constituição da nação brasileira, os negros, os índios, as mulheres e todos os pobres, independentemente de cor, religião ou gênero.

Desejamos ainda ressaltar, nestas considerações finais, que as obras desses viajantes se constituem fontes que ainda não foram devidamente exploradas pelos historiadores da educação. Assim, este texto é um convite e uma primeira iniciativa, no sentido de demonstrar a riqueza e a importância desses relatos acerca das questões instrucionais/educacionais e culturais, em seu sentido mais amplo. Consideramos que esses relatos, assim como todas as obras de época nos fazem nos aproximarmos de um intrincado passado sobre o qual muito ainda precisamos desvendar e entender.

Referências

ADVERTÊNCIA DOS EDITORES. In: SOUZA, Antonio Muniz. **Viagens e observações de hum brasileiro, que desejando ser útil á Patria, se dedicou a estudar os usos e costumes dos seus Patricios, e os três reinos da Natureza, em vários lugares e sertões do Brasil, oferecidas á Nação Brasileira**. Tomo Primeiro. Rio de Janeiro, Rua de Traz do Hospicio, nº 160, 1834. p. 3-7.

BANDEIRA, Julio. **A viagem ao Brasil de Marianne North - 1872-1873**. [s.l.]: Sextante Artes, [2012].

BOTO, Carlota. **A escola do novo homem: entre o Iluminismo e a Revolução Francesa**. São Paulo, SP: Editora da Unesp, 1996. (Coleção Encyclopaedia).

CARDOSO, Douglas Nassif. **Cotidiano feminino no 2º Império**. São Bernardo do Campo, SP: Ed. do Autor, 2005.

COELHO, Ricardo Corrêa. **Os franceses**. São Paulo, SP: Contexto, 2010.

DICIONÁRIO ELETRÔNICO HOUAISS DA LÍGUA PORTUGUESA. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva, versão. 2.0a, abril 2007.

FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.). **Pensadores sociais e história da educação**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2005.

FERNANDES, João Azevedo. O olhar interno: as viagens de Antonio Moniz de Souza e a civilização do interior do Brasil. In: CURY, Cláudia Engler; ROCHA, Solange Pereira da (Org.). **Culturas e sociabilidades no Oitocentos: possibilidades de pesquisa**. João Pessoa, PB: Universitária - UFPB, 2011. p.141-148.

FERRONATO, Cristiano de Jesus. **Das aulas públicas ao Lyceu Provincial: as primeiras configurações da instrução secundária na Província da Parahyba do Norte (1836-1884)**. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana (Org.). **Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna**. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm; Brasília, DF: CNPq, 2005.v. 5. (Scentia – UFMG).

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho (Org.). **Mulheres viajantes no Brasil (1764 - 1820)**. Tradução de Jean Marcel Carvalho França. Rio de Janeiro, RJ: José Olympio, 2007. (Coleção Sabor Literário).

GASPARIN, João Luiz. **Comênio ou da arte de ensinar tudo a todos**. Campinas, SP: Papirus, 1994. (Coleção Magistério, Formação e Trabalho Pedagógico).

GIL, Natália; ZICA, Matheus da Cruz e; FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.). **Moderno, modernidade e modernização: a educação nos projetos de Brasil: séculos XIX e XX**. Belo Horizonte, MG: Mazza Edições, 2012. v. 1. (Coleção Pensar a Educação, Pensar o Brasil- 1822-2022).

GONÇALVES, Margareth de Almeida. Civilização e artifício: narrativas de viajantes estrangeiras no Brasil oitocentista. **Anais Eletrônicos do XXII Simpósio Nacional de História** – ANPUH, João Pessoa, PB: Universitária – UFPB, 2003.

HANSEN, João Adolfo. A civilização pela palavra. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000. p. 19-41. (Coleção Historial, 6).

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **O aparecimento da escola moderna: uma história ilustrada**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2006.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **Pensando a educação nos tempos modernos**. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. v. 19. (Acadêmicas).

HOFF, Sandino. **Ratke, escritos sobre a Nova Arte de Ensinar de Wolfgang Ratke (1571-1635): textos escolhidos**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção Clássicos da Educação).

JUNQUEIRA, Celina (Dir.). **O nascimento da moderna**

pedagogia: Verney. Rio de Janeiro, RJ: Pontifícia Universidade Católica/ Conselho Federal de Cultura, 1979. v. II. (Textos didáticos do pensamento brasileiro; Coleção Documenta Brasil, v.10).

KIDDER, Daniel Parish. **Reminiscências de viagens e permanências no Brasil (Províncias do Norte)**: compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas províncias. Tradução de Moacir N. Vasconcelos. São Paulo, SP: Livraria Martins, 1943. v. XII (Biblioteca Histórica Brasileira).

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. **As grandes festas didáticas: a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922)**. Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco, 2001. (Coleção Estudos CDAPH. Série Historiografia).

KULESZA, A. Wojciech. **Comenius: a persistência da utopia em educação**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992. (Coleção Repertórios).

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. Mulheres viajantes no século XIX. **Caderno Pagu**. São Paulo, n. 15, p. 129-143, 2000. Disponível em: <www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=51344>. Acesso em: 29 maio 2013.

LINS, Ana Maria Moura. **Educação moderna: contradições entre o Projeto Civilizatório Burguês e as lições do capital**. Campinas, SP: Autores Associados, 2003. (Coleção Educação Contemporânea).

LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Origens da educação pública: a instrução na revolução burguesa do século XVIII**. São Paulo, SP: Loyola, 1981. (Coleção "Educação").

LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano

Mendes (Org.). **Pensadores sociais e história da educação – II**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2012.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; GONDRA, José Gonçalves (Org.). **Viagens pedagógicas**. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do; ALMEIDA, Mirianne Santos de. Circulação de impressos no Brasil: considerações sobre catecismos protestantes. In: BERGER, Miguel André; NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho (Org.). **Imprensa, impressos e práticas educativas: estudos em História da Educação**. Fortaleza, CE: Edições UFC, 2012. p. 23-44.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **Anotações sobre a botânica em sergipe durante a primeira metade do século XIX**. Disponível em: <<http://jorge-educahist.blogspot.com.br/2009/10/anotacoes-sobre-botanica-em-sergipe.html>>. Acesso em: 7 maio 2013.

NUNES, Clarice. I Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: leituras e escrita em Portugal e no Brasil (1500-1970). In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). **Modos de ler formas de escrever: estudos de história da leitura e da escrita no Brasil**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 1998. p. 13-28.

NUNES, José Horta. **Formação do leitor brasileiro: imaginário de leitura no Brasil colonial**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994. (Coleção Viagens da Voz).

OLIVEIRA, Carla Mary; CURY, Cláudia Engler. Lazer e leitura nas imagens de Debret: o cotidiano do Brasil oitocentista pelo olhar de um neoclássico. In: **Portuguese Studies Review**, v. 18, n. 1, p. 151-177, 2011.

PAIVA, José Maria de. Educação jesuítica no Brasil colonial. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000. p. 43-59. (Coleção Historial, 6).

PALMER, Joy A. (Coord.). **50 grandes educadores modernos: de Piaget a Paulo Freire**. Tradução de Mirna Pinsky. São Paulo, SP: Contexto, 2006.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados e Universidade São Francisco, 2002. (Coleção Educação Contemporânea).

RAMINELLI, Ronald. Baltazar da Silva Lisboa; a honra e os apuros do juiz naturalista. In: VAINFAS, Ronaldo; SANTOS, Georgina Silva; NEVES, Guilherme Pereira das (Org.). **Retratos do Império: trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI e XIX**. Niterói, RJ: EdUFF, 2006. p. 279-295.

RAMINELLI, Ronald. Do conhecimento físico e moral dos povos: iconografia e taxionomia na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. **História, Ciência e Saúde – Manguinhos**, RJ, v. VIII, p. 969-992, 2001.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **A escrita do passado em museus históricos**. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, MinC, IPHAN, DEMU, 2006. (Coleção Museu, Memória e Cidadania).

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. (Coleção Memória da Educação).

SOUZA, Antonio Muniz. **Viagens e observações de hum brasileiro, que desejando ser util á Patria, se dedicou a estudar os usos e costumes dos seos Patricios, e os três reinos da Natureza, em vários lugares e sertões do Brasil, oferecidas á Nação Brasileira.** Tomo Primeiro. Rio de Janeiro, Rua de Traz do Hospicio, nº 160, 1834.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **A casa e os mestres: a educação no Brasil de Oitocentos.** Rio de Janeiro, RJ: Gryphus, 2005.

VILLALTA, Luis. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Melo (Org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa.** São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1997. v. 1, p. 331-385. (Coleção História da Vida Privada no Brasil).

VILLAÇA, Antonio Carlos. **O pensamento católico no Brasil.** Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2006.